



CANALHICE DE DERROTADOS

Ligar-se a “associação” de interesses privados não garantirá a privatização de um bem natural, essencial para a vida

CONTRA UM DIREITO HUMANO

Os privatistas não conseguiram avançar na privatização em um governo “entreguista” e estão inquietos com o freio aos seus projetos de exploração de serviços essenciais ao povo em um governo de responsabilidade social. Na última semana fomos surpreendidos por uma medida tresloucada da Copasa (MG), Sabesp (SP) e Corsan (RS) de se desfilarem da

Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) e encaminharem sua filiação à Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). É mais um gesto desesperado de levar a prestação dos serviços públicos e essenciais de saneamento da empresa estatal para a privada.

RAPOSAS TOMANDO CONTA DO GALINHEIRO

A reação de sair da AESBE aconteceu após o Governo Lula assinar dois decretos que alteram o Marco do Saneamento. Administradas por diretores indicados pelos governos de Estado, a iniciativa de promoverem a filiação à associação de interesses privados e que disputam mercado contra empresas estatais, demonstra claramente um conflito de interesse.

Uma declaração da Copasa no “Money Time” é sintomática da intenção escusa: “iniciativa que resulte em retrocessos e no retorno de práticas protecionistas das empresas estatais vão no sentido oposto das ações desenvolvidas pela atual administração”. **INACREDITÁVEL!** O que estão fazendo na empresa que não querem estar protegida contra a concorrência predatória dos privatistas?

Como entender uma empresa estatal sair de uma Associação das demais empresas estatais e

se filiar em Associação de empresas privadas. O mercado entende a tentativa de golpe e principalmente que a privatização não é factível e não vai andar diante de um governo comprometido com a preservação de interesses sociais. E o que acontece com estas empresas? Relatório da Corretora Genial destaca a ausência de movimentações no sentido de venda da empresa por parte do governo estadual, rebaixando a recomendação de compra para neutro. E aponta os riscos para investidores: “O estímulo para tocar a privatização de uma estatal de grande porte pode não compensar o peso político da atitude. Nossa mudança de recomendação vai além do potencial de valorização limitado, mas também pelo nosso ceticismo quanto



a um cenário de privatização. Sendo assim, não achamos que faz sentido a recomendação de aumentar a posição no papel”. Devemos lembrar ainda que a Constituição Estadual de Minas Gerais, o que requer 3/5 dos votos da Assembleia Legislativa e aprovação em um referendo popular para tirar do Estado sua responsabilidade com o saneamento e políticas de saúde pública.

Associar uma empresa pública, estatal, a associação de concorrentes privados é, no mínimo, uma irresponsabilidade, gestos que cheiram uma sabotagem à luz do dia.